



BOLETIM EXTRAORDINARIO DO **SINDJUS-DF**

CORREIOS
IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 6652001 DR/BSB
SINDJUS-DF

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

5 de Abril de 2002 - Ano 1

Filiado à **CUT/FENAJUFE**

PCS JÁ, A JUSTIÇA VAI PARAR!

Na quarta-feira, dia 10, a greve é de 24 horas

A assembleia geral dessa quinta-feira aprovou um calendário de paralisações proposto pela diretoria do Sindjus com o objetivo de garantir a aprovação dos PCS do Judiciário e do MPU até o final de abril. Mais de mil trabalhadores compareceram à assembleia, realizada na Praça dos Tribunais.

Duas palavras de ordem, repetidas com entusiasmo, demonstraram que a nossa categoria está disposta a se mobilizar ainda mais. "PCS já, ou a Justiça vai parar!", foi a primeira. "Servidores na rua! Madeira, a culpa é sua!", a segunda, foi um recado ao líder do governo na Câmara dos Deputados, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), que está impedindo a votação dos projetos pelo plenário daquela Casa.



O diretor da Fenajufe, Marcos Valério, informou que trabalhadores do Judiciário e do MPU promoveram nessa quinta-feira uma das maiores paralisações de sua história sindical.

O movimento atingiu 15 Estados, fechando 10 Tribunais Regionais Eleitorais, que são essenciais para o cumprimento do calendário eleitoral deste ano.

CALENDÁRIO DAS PARALISAÇÕES

O calendário aprovado pela assembleia tem duas etapas. A primeira prevê uma greve de 24 horas na próxima quarta-feira, dia 10, e paralisações-relâmpagos de uma hora nos dois dias anteriores, para reforçar a mobilização da categoria:

✓ Segunda-feira, 8 - A paralisação ocorrerá de 13 h às 14 h no TRF, JF, STM, TSE e TST. A partir das 11h30 no TST-SAAN. E a partir das 12 h no TRT e nas varas trabalhistas.

✓ Terça-feira, 9 - A paralisação será feita das 12 h às 13 h no TJDFT e nos fóruns, e das 13 h às 14 h no TRE, STF, STJ e CJF e MPU (MPM, MPT, MPDFT e MPF).

✓ Quarta-feira, 10 - Haverá uma paralisação de 24 horas em todos os tribu-

nais e órgãos do MPU, com uma concentração às 14 h na Catedral de Brasília, onde haverá uma assembleia geral, seguida de uma caminhada com escalas no Congresso e no Supremo Tribunal Federal.

Se até o dia 10 não obtivermos uma resposta favorável à aprovação dos projetos, vamos implementar a segunda etapa do calendário, com greve de 48 horas nos dias 23 e 24, e paralisações de duas horas dos dias 11 a 22

de abril.

✓ De quinta-feira, dia 11, até o dia 22 - Paralisação diária de duas horas, de acordo com um novo calendário a ser definido pela assembleia geral do dia 10.

✓ Dias 23 e 24 - Paralisação geral por 48 horas, com nova assembleia geral na Praça dos Tribunais, que definirá os novos rumos do movimento, se até então o Congresso Nacional não tiver aprovado os PCS.

Os integrantes dos comandos de greve estão sendo convocados pelo Sindjus para uma reunião geral nesta segunda-feira, dia 8, a partir das 18 horas, no auditório do sindicato.

Jobim promete trabalhar pela agilidade da votação

Agência Focus

Logo após o término da assembléia, o ministro Nelson Jobim recebeu os coordenadores do Sindjus, Ana Paula e Roberto Policarpo, e o advogado Luiz Carlos Sigmaringa Seixas. O ministro foi informado do resultado da assembléia e da disposição de nossa categoria de promover paralisações para garantir a aprovação dos projetos de revisão dos PCS ainda no mês de abril.

Policarpo comentou também que a comissão técnica constituída pelo ministro Marco Aurélio já concluiu o levantamento do impacto financeiro da implementação dos PCS, mas disse que, no entendimento do Sindjus, a questão já deixou de ser técnica e sim política. Prova disso, acrescentou, foi a recente aprovação dos planos de carreira da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O ministro Jobim informou que voltou a se encontrar com o ministro do Orçamento, Martus Tavares, na última quarta-feira, dia 3, e que conversará sobre os PCS com o substi-



tuto de Tavares, Guilherme Dias, nesta segunda (8) ou terça-feira (9). Jobim disse que não há, por parte de Martus Tavares, qualquer objeção quanto ao mérito dos projetos. O problema alegado pelo ministro são os números, ou seja, o impacto orçamentário.

O diretor do Sindjus voltou a afirmar, então, que o problema é político e que os trabalhadores do Judiciário e do MPU não estão dispostos a tolerar a enrolação do governo. O ministro se comprometeu a trabalhar para agilizar a votação dos projetos e pré-agendou uma nova conversa com o sindicato para as 18 horas desta terça-feira (9).

Nosso prazo é político

O coordenador do Sindjus, Roberto Policarpo, informou à assembléia que o Tribunal Superior Eleitoral decidiu, por unanimidade, no último dia 2 de abril, responder negativamente à consulta formulada por um deputado para saber se o disposto no artigo 73, inciso VIII, da Lei Eleitoral (nº 9.504/97) inibiria a aprovação, por via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores. Como a lei veda a revisão geral de remuneração dos servidores públicos desde seis meses antes da eleição até a posse dos eleitos, havia uma interpretação, de que o prazo fatal para a aprovação dos projetos de revisão dos PCS do Judiciário e do MPU neste ano seria o dia 9 de

abril. Essa interpretação foi veiculada entre a categoria e causou grande confusão e desânimo.

A decisão do TSE, que acompanhou o voto do ministro relator Fernando Neves, deixou claro, no entanto, que a reestruturação das carreiras dos servidores do Judiciário e do MPU não se confunde com a "revisão geral de remuneração dos servidores públicos". Portanto, como explicou Policarpo, o dia 9 de abril não é o prazo limite para votar os dois projetos. Ainda assim, o Sindjus trabalha com a perspectiva de assegurar a aprovação dos projetos até o final do mês. É que em função do calendário eleitoral, o Congresso Nacional tende a se esvaziar cada vez mais.

ASSEMBLÉIA

Acúmulo de força

As paralisações de uma e duas horas e as greves de 24 e 48 horas, nos dias 10, 23 e 24, garantirá o acúmulo de forças de que os trabalhadores do Judiciário e do MPU precisarão para promover, se for preciso, uma greve maciça, a maior que a nossa categoria já realizou.

Agnelo Queiroz

O deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) compareceu à assembléia e afirmou que a alegação do governo de que não há recursos para implementar os PCS é falsa. Ele disse que a greve é um instrumento legítimo dos trabalhadores para alcançar suas reivindicações, "absolutamente justas" no caso dos servidores do Judiciário e do MPU.

Dobradinha

Antes do início da discussão da pauta, a assembléia foi conduzida com bastante humor pelos coordenadores do Sindjus Agnaldo Moraes e Ademário Nogueira. Os dois deram informações sobre a greve nos Estados e fizeram brincadeiras sobre personalidades do governo que estão atravancando a votação dos PCS.

Machado contra Madeira

O servidor José Machado, do Fórum do Gama, foi apresentado assim à assembléia: "Está aqui o companheiro Machado, para lutar contra o Madeira". No caso, o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira, que está criando obstáculos para a votação dos PCS no plenário.